

Representação política e democracia

Jose Álvaro Moises

Depto. de Ciência Política a - USP
Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais
e Política Comparada - USP

Gustavo Venturi

Diretor de Operações do Instituto de Pesquisas Datafolha

Resumo

O artigo analisa a frágil relação existente entre o apoio à democracia e as instituições democráticas no Brasil. Os dados são de surveys realizados entre 1989 e 1993 no país.

Abstract

The article analyses the fragile relationship between the support for democracy and the democratic institutions. The data come from surveys conducted between 1989 and 1993 in Brazil.

Ao nos debruçarmos sobre o reconhecimento por parte da opinião pública, da importância das instituições e agentes de representação e intermediação política para o processo de consolidação da democracia no Brasil, defrontamo-nos com um aparente paradoxo: ao mesmo tempo em que o Congresso Nacional é valorizado e defendido como instituição, os parlamentares e os partidos políticos que o encarnam gozam de baixíssimo prestígio entre a opinião pública.

Por um lado, a maioria do eleitorado brasileiro (62%) considera a Câmara Federal e o Senado indispensáveis ao país (29% acham que passaríamos bem sem eles) e se opõem a que o Executivo tenha tanto o direito de fechar o Congresso (66%), como de proibir a existência de algum partido político (68%).

Por outro lado, atribui-se aos parlamentares antes a representação de outros interesses (83%) que dos interesses da população (9%); os partidos são vistos mais como defensores dos interesses dos próprios políticos (63%) e como um empecilho para a participação dos cidadãos na vida pública (46%), do que como representantes de grupos sociais diferentes (26%) e canais efetivos de participação (39%).

Respondendo ao que seria o perfil ideal do presidente da República a ser eleito em 1994, ao mesmo tempo em que manifesta preferência por um candidato que não dê importância aos partidos (55%, contra 35% que preferem candidato com identificação partidária), a maioria do eleitorado acha que os presidencialistas devem buscar o apoio de outros partidos na eleição (64%), antes do que disputarem apoiados por um só partido (24%), e que o eleito deve governar ouvindo o Congresso (60%), antes do que ser um homem forte, que governe sozinho (35%).

Finalmente, acredita-se mais que os partidos só servem para dividir as pessoas (51%) do que se admite que são indispensáveis à democracia (36%), estando a opinião pública extremamente polarizada entre o reconhecimento da importância do pluralismo partidário (47%) e a adesão à tese de que o país seria melhor se existisse um único partido (46%).

Diante destes dados, aferidos em dois *surveys* nacionais em março e abril de 1993¹, surgem três questões básicas: esse "paradoxo" entre a valorização dos partidos e dos políticos é um fenômeno recente? Como interpretá-lo? Quais são suas implicações para a vigência do regime democrático do país?

¹ O primeiro foi feito em 27 e 28 de março, fruto de convênio USP/Cedec/Datafolha; o segundo foi feito pelo Datafolha, em 14 de abril, por solicitação da Folha de São Paulo. Ambos entrevistaram 2500 eleitores em 121 municípios de todos os estados (com exceção de Roraima e Amapá) e Distrito Federal estratificados por nível sócio-econômico, região geográfica, sexo e idade.

Considerando-se levantamentos anteriores², observa-se que pequenas variações à parte – prováveis frutos de flutuações estatísticas previsíveis –, as tendências acima eram já observadas pelo menos desde setembro de 1989, quando às vésperas do primeiro turno da primeira eleição presidencial após o regime militar, investigou-se pela primeira vez a maior parte dessas questões. Assim é que, já à época, entre outros exemplos a maioria do eleitorado opunha-se a que o Executivo deva ter o direito de fechar o Congresso Nacional (68% a 20%) ou de proibir a existência de algum partido político (69% a 23%), ao mesmo tempo em que já era majoritária a convicção de que os partidos representam primordialmente os interesses dos próprios políticos (51%) e que dividiam-se as opiniões em relação aos benefícios do partido único (44%), em contraposição ao pluripartidarismo (47%).

O fato dessas tendências terem permanecido inalteradas nos últimos quatro anos indica que não estamos diante de um fenômeno recente – e isto é da maior relevância, se considerarmos o potencial destrutivo que a frustração decorrente do fracasso ético e político do primeiro governo pós transição poderia ter exercido sobre as convicções democráticas do eleitorado. De fato, se no período do governo Collor não houve mudança na imagem negativa de que gozam os agentes políticos, não perdeu fôlego tão pouco a adesão aos princípios democráticos de defesa da soberania do Congresso e de liberdade de organização partidária.

Mas como interpretar a existência – e sobrevivência – dessa visão dicotômica entre instituições de repreensão com vocação benigna dominadas por agentes malignos? Aparentemente até o momento a população tem distinguido entre o valor que atribui às instituições em si mesmas e a avaliação negativa que faz do desempenho dessas instituições. E como indica uma abordagem mais ampla sobre a questão da cultura política no Brasil e uma análise mais detalhada sobre as evidências empíricas existentes³, esse fenômeno é parte de outro mais abrangente: cultivada nas mobilizações anti-autoritárias e apresentada como antídoto ao fracasso sócio-econômico dos governos militares, a democracia goza hoje no Brasil de uma espécie de reserva preliminar de legitimidade, ainda não afetada pelos exemplos de fisiologia e improbidade e que continuaram caracterizando a atuação de muitos políticos e partidos, nem pela ineficácia do Congresso, da Justiça e do Executivo Federal, em atenderem às aspirações de bem estar e justiça social, partilhadas pela maioria da população.

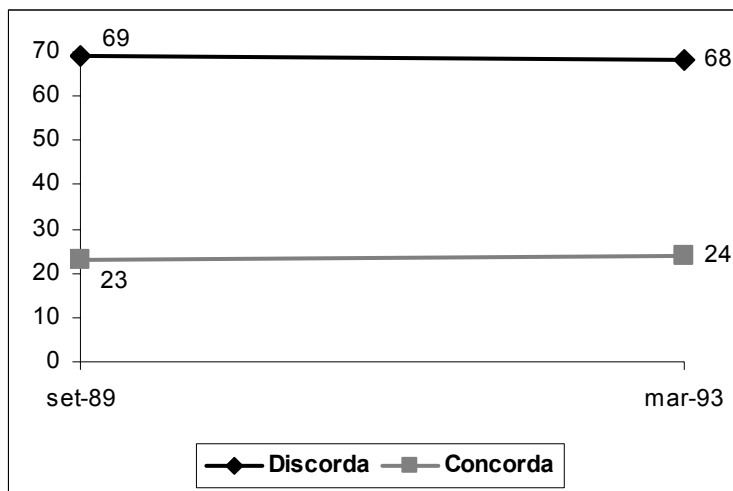
² Outros três *surveys* foram realizados pelo convênio USP/Cedec/Datafolha, em setembro e dezembro de 1989 e em março de 1990, para estudo da cultura política no Brasil.

³ Moisés, J. Álvaro, texto apresentado à Reunião Anual APSA (American Political Science Association), Chicago, USA, em setembro de 1992.

Qual é a profundidade dessa reserva de legitimidade da democracia, isto é, até quando ela evitará a adesão majoritária a "novas soluções" de cunho autoritário não é possível prever. Se os dados empíricos indicam não haver no curto prazo uma relação direta entre o mau desempenho dos governos e o desprestígio da democracia mantendo-se inalteradas as tendências de adesão aos princípios normativos democráticos –, a permanência prolongada ao agravamento dos críticos problemas sociais e econômicos com que têm se defrontado no dia-a-dia a maior parte dos brasileiros tende a deslegitimar a alternativa democrática, alimentando tanto a assunção de posturas abertamente autoritárias como a perigosa indiferença e o ceticismo de vastos segmentos sociais.

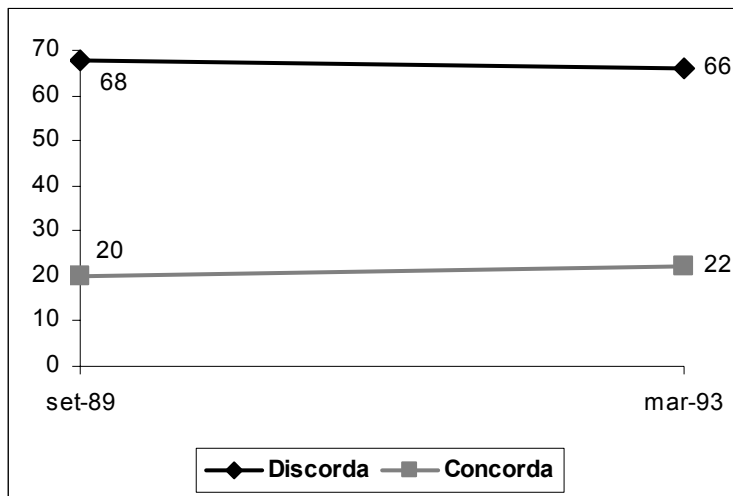
Em suma, se a "fujimorização" ou outras aventuras semelhantes não estão ao alcance de nossas vistas, a permanência ou aprofundamento da ampla crise em vigor, pode, inesperadamente, formar nuvens carregadas no horizonte. Urge que as lideranças e o conjunto dos agentes políticos comprometidos com o regime democrático entre em sintonia com as expectativas criadas pelo processo de democratização. Antes que chova.

Gráfico 1
“O governo brasileiro deve ter o direito de proibir
a existência de algum partido político”
(Evolução, em %)



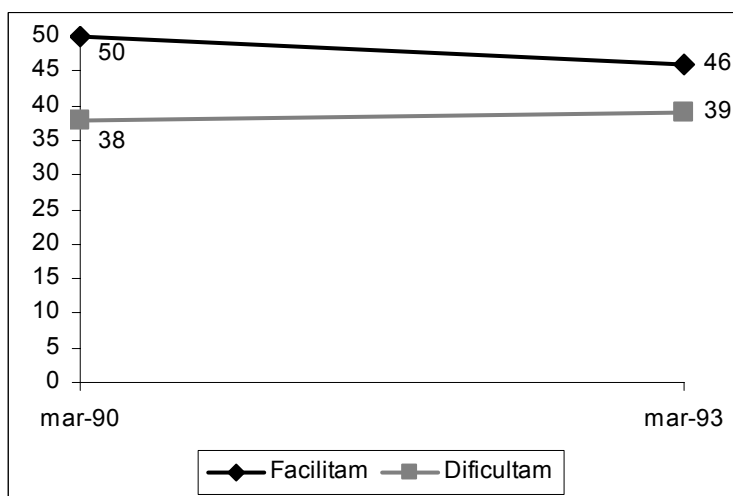
Fonte: Datafolha

Gráfico 2
“O governo brasileiro deve ter o direito de fechar o Congresso Nacional”
(Evolução, em %)



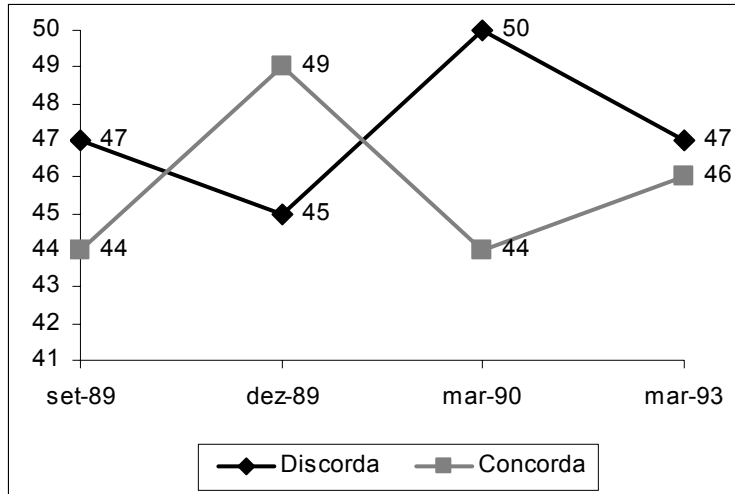
Fonte: Datafolha

Gráfico 3
“Os partidos facilitam ou dificultam a participação da população na vida pública?”
(evolução, em %)



Fonte: Datafolha

Gráfico 4
"O Brasil seria bem melhor se só existisse um partido político"
(evolução, em %)



Fonte: Datafolha